

## SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: DEBATE CRÍTICO FRENTE ÀS TENDÊNCIAS CONSERVADORAS

Eixo 1: Serviço social: Fundamentos, questão social e prática profissional

ADRIANA RAMOS<sup>1</sup>

JUAN CARLOS SIQUEIRA CARDOSO<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo apresentar alguns dos desafios postos ao Serviço Social brasileiro, frente às tendências conservadoras na relação com o projeto ético-político, a partir de modificações ocorridas na sociedade brasileira nos anos de 2018. Para isso, são abordados os constituintes históricos frente à potencialização da emergência da extrema-direita ao poder. Em vista disso, apresenta-se o conceito sobre o conservadorismo, o poder das mídias sociais e a capilaridade de argumentos conservadores, e suas incidências que caminham na direção contrária ao processo crítico do Serviço Social brasileiro. Por fim, colocam-se questionamentos sobre a direção estratégica assumida pela categoria no sentido de refletir qual a potencialidade deste projeto profissional.

**Palavras-chaves:** Serviço social, conservadorismo, projeto ético-político.

**ABSTRACT:** This article aims to present some of the challenges posed to Brazilian Social Work, in the face of conservative tendencies in relation to the ethical-political project, based on changes that occurred in Brazilian society in the years 2018. To this end, the socio-historical constituents in the face of the potentiation of the emergence of the extreme right to power are addressed. In view of this, the concept of conservatism, the power of social media and capillarity of conservative arguments, and their conservative incidents that go in the opposite direction to the critical process of Brazilian Social Work.. Finally, questions are raised about the strategic social direction assumed by Social Work in order to reflect on the potentiality of this professional project.

**Keywords:** Social work; conservatism; political ethical Project.

## INTRODUÇÃO

<sup>1</sup> Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professora Associada do curso de graduação e Pós-Graduação de Serviço Social de Niterói da Universidade Federal Fluminense (UFF), líder pelo CNPQ do Núcleo de Estudos dos Fundamentos do Serviço Social (NEFSS) coordenadora do projeto “Conservadorismo e Serviço Social: as influências contemporâneas no processo de produção do conhecimento e no trabalho profissional”. E-mail: [adriana.ramos.4791@gmail.com](mailto:adriana.ramos.4791@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1988717802364396>.

<sup>2</sup> Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF); bolsista de Iniciação Científica do CNPq no Núcleo de Estudos dos Fundamentos do Serviço Social (NEFSS) orientado pela Profa. Dra. Adriana Ramos no projeto Conservadorismo e Serviço Social: as influências contemporâneas no processo de produção do conhecimento e no trabalho profissional. E-mail: [juansiqueira5678@gmail.com](mailto:juansiqueira5678@gmail.com). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1620887387386379>.



As reflexões que se seguem são produto da pesquisa intitulada Conservadorismo e Serviço Social: “As influências contemporâneas no processo de produção do conhecimento e no trabalho profissional” realizada pelo Núcleo de Estudos dos Fundamentos do Serviço Social (NEFSS) que tem como objetivo compreender em até que ponto no Serviço Social brasileiro há uma permeabilidade, no campo da produção do conhecimento, de tendências conservadoras. Para que possamos pensar acerca da produção do conhecimento, e aqui particularmente, é necessário situá-lo num determinado contexto social, político, econômico e cultural no qual se encontra inserido. Portanto, pontua-se na perspectiva da construção de uma sociedade burguesa frente às instabilidades capitalistas, orgânicas a sua própria natureza, que coadunam com as dinâmicas repressivas e contraditórias desse mesmo sistema.

É nesse sentido que, historicamente, o conhecimento científico nunca performou um lugar de neutralidade dentro da conformidade burguesa. No caso das Ciências Sociais, por exemplo, é válido ressaltar que esse conhecimento se expressa como um objeto de disputa de interesses, fundado nas contradições forjadas pelas relações de produção e reprodução social. Isto é, a fundamentação das bases históricas estudadas pelas áreas das Ciências Sociais, trazidas aqui nas suas particularidades, como área do conhecimento na qual se insere o Serviço Social, se dá necessariamente no bojo do capitalismo industrial, entre os séculos XVIII e XIX. O que fomenta a construção e proposição de frentes como o Positivismo, que em sua estrutura possui uma perspectiva acrítica e a-histórica frente às dinâmicas capitalistas que possuem como um de seus eixos centrais, a questão das desigualdades sociais, políticas e econômicas. Ou seja, tais ciências ocuparam o lugar da racionalidade, no sentido da criação de um discurso e justificativa, para legitimar a permanência da burguesia no poder.

Portanto, esta conjuntura se constitui como o alicerce de base científica e que se expressa no campo da produção do conhecimento e do saber científico, fundamental para a garantia da estrutura que aqui trataremos: o pensamento conservador. Considerando que, “[...] o pensamento conservador é uma expressão cultural [...] particular de um tempo e um espaço sócio-histórico muito preciso: *o tempo e o espaço da configuração da sociedade burguesa [...]*” (Escorsim Netto, 2011, p. 40-41, grifos da autora). Na sua gênese, é o pensamento que valoriza o passado, suas instituições representantes e que apresenta



uma reação refratária a qualquer tipo de ideias de transformação social, sobretudo aquelas fundadas pelo Iluminismo que fazem a ruptura com um passado feudal.

Assim, se é contrário aos ideários iluministas, por consequência será contra a racionalidade e as ideias progressistas, que se instauram nesse período. “Com essa operação reificada, [se] elabora mais um pilar duradouro do conservadorismo: a negação da razão e a entronização de uma concepção pragmática, imediatista, de ação e pensamento.” (Souza, 2015, p.369).

Após a revolução de 1848, identifica-se que já não havia mais apenas uma frente de luta burguesa, mas a supressão das demandas da classe operária que almejava a sua participação efetiva nessa divisão sócio-política. Sob esse expoente, a caracterização de uma classe revolucionária, traço que marca a burguesia na sua gênese, perde espaço para uma classe conservadora - lida como reacionária - que tenciona as proposições críticas, que não surgem espontaneamente ao longo da história, mas são resultados pela práxis sócio-histórica do próprio capitalismo. Não tão longe dessa mediação, o pensamento irracional toma o cerne das constituintes de uma classe, quando da sua tomada de poder político, que fora revolucionária e transita para um cariz conservador.

Este pensamento envolve o entendimento da naturalização das desigualdades sociais, considerando que essas são parte da ordem natural das coisas, que já está dada e que não é passível de alterações, homogeneizando-as no bojo das contradições das relações sociais. Como já sinalizado, notadamente a partir da revolução de 1848, a burguesia com receio de perda de seu poder, necessita de determinados fundamentos no campo científico, que justifiquem, mantenham e a legitimem como classe economicamente dirigente na sociedade capitalista. Neste escopo é que as Ciências Sociais são construídas e elas se configuram como o substrato ideopolítico e teórico da sociedade burguesa. Isto reafirma a “[...] vinculação histórico-genética entre o pensamento conservador e as ciências sociais [...]” (Escorsim Netto, 2011, p. 17).

Conforme a processualidade histórica, esse pensamento conservador também sofrerá mudanças aparentes sem que se altere, efetivamente a sua essência, já que “a característica mais imediata do conservadorismo contemporâneo [...] consiste em que ele não se apresenta como conservadorismo e, portanto, oculta e escamoteia sua raiz e conteúdos conservadores” (Escorsim Netto, 2011, p. 16). Seu



núcleo duro se mantém na conservação da ordem subsidiada em valores que não são compatíveis com os avanços da modernidade, sobretudo com os democráticos, alcançados em grande parte do mundo atual. Seu caráter antirrevolucionário também é mantido defendendo o padrão de formas de ser e de pensar da sociabilidade burguesa que tem seu substrato na irracionalidade e na razão miserável, indicando a forte presença do imediatismo e do pragmatismo como fonte de leitura da realidade social.

## O PENSAMENTO CONSERVADOR E SUA RELAÇÃO COM A PROFISSÃO

Mediante as interlocuções vividas já em sua fase de capitalismo monopolista, a emergência do Serviço Social, no cenário internacional, se dá necessariamente entre o pensamento conservador, a necessidade de profissões que “lidem” com as ‘expressões da questão social’ e o Estado com caráter interventor no âmbito social, através das políticas sociais. Na realidade brasileira, é perante a esse campo, de mobilização estatal e dos interesses da classe economicamente dirigente (burguesia agrária e industrial) e da interlocução direta com a Igreja Católica, que emerge a profissão numa nítida necessidade do capital, no sentido de conter a organização e mobilização política da classe trabalhadora.

A condução de uma nova profissão, naquele momento, e estamos falando da conjuntura dos anos de 1930, com um perfil que se aglutina aos princípios essenciais do capitalismo e a relação direta de controle social, fez-se um pilar central para as mediações dessas relações que em sua base sustentam este sistema. A Doutrina Social da Igreja Católica será o referencial que absorve novas formas de se apresentar, sendo subsidiada pelo pensamento filosófico de São Tomás de Aquino, que tem como aporte, os princípios da dignidade humana e do bem comum. É em relação a esse cenário que o Brasil experimenta a chegada do Serviço Social em seu território nos anos de 1930 atrelado a experiência europeia e aos princípios católicos, daí seu arranjo teórico doutrinário.

Partindo destas breves considerações, identifica-se que a profissão apresenta em sua gênese, uma relação intrínseca com o pensamento conservador. Não somente porque é ele quem subsidia sua intervenção profissional, mas porque está organicamente vinculado ao próprio padrão de sociabilidade burguesa, como vimos anteriormente. A inflexão no Serviço Social brasileiro, somente será possibilitada



a partir de um processo compreendido na sua totalidade: o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina, ocorrido em 1965. A conjuntura desta época tem capilaridade para a construção de uma perspectiva propriamente progressista e crítica à frente conservadora. É importante lembrar que esse movimento se caracterizava por uma contraposição ao que se chamava de Serviço Social tradicional, ou seja, aquele vinculado à herança conservadora. Portanto, nesse contexto histórico das décadas de 1960 a 1970, na análise de Netto (2005), nos países em que o Serviço Social já estava consolidado como categoria profissional, o desgaste do modelo “tradicional”<sup>3</sup> é propiciado pela conjuntura global demarcada pela crise dos países de capitalismo central e periféricos.

Essa dinâmica faz com que o Serviço Social se aproxime de literaturas provenientes de vertentes mais críticas das Ciências Sociais, com destaque aos textos considerados marxistas. Essa apropriação, ainda que tenha se dado de forma enviesada, é que possibilitou a emergência da perspectiva crítica no interior do Serviço Social, coordenada pela vanguarda profissional. Na realidade brasileira, o movimento de reconceituação apresenta uma expressão denominada de processo de renovação do Serviço Social brasileiro (Netto, 2024), onde estarão convivendo perspectivas conservadoras e marxistas, sendo estas últimas vinculadas à “intenção de ruptura” (Netto, 1991). Neste cenário, o Serviço Social brasileiro avançou na perspectiva mais crítica modificando sua forma de análise da realidade social e do significado social da profissão.

O marco histórico entre o conservadorismo e sua ruptura se dá na relação em que a categoria profissional de assistentes sociais brasileiros vivenciou no ano de 1979, no chamado III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS) ou “Congresso da Virada”. Este momento foi responsável pelo evidente posicionamento disruptivo dos profissionais frente às nuances antidemocráticas e retroalimentadoras de um sistema que carece de um debate com viés crítico, intervencional e propositivo que se intermediou numa relação conjuntural oriunda de países de capitalismo central e uma lógica reguladora e justificável para as mazelas da sociedade. Esse Congresso se configura como um divisor de águas para o Serviço Social brasileiro na medida em que rompe com o conservadorismo na profissão em

<sup>3</sup> Entende-se como tradicional a ação do Serviço Social alinhada aos princípios burgueses, atividades de cunho psicologizante da profissão e a acriticidade estrutural subsidiados pelas perspectivas da Fenomenologia e do Positivismo.



favor de uma renovação histórico-crítica vinculada a defesa dos interesses da classe trabalhadora, contestando perspectivas endógenas na análise da profissão. Desta forma é construído um Serviço Social que questiona a base conservadora da profissão e indica outra referencialidade no campo teórico-metodológico fundamentada no campo da tradição marxista e no método do materialismo histórico dialético. Para que possamos compreender como tais tendências retornam à profissão, é necessário um breve mapeamento acerca da conjuntura social, política e econômica brasileira.

## O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO BRASILEIRO E O REASCENSO DO CONSERVADORISMO: OS ANOS DE 2018 A 2022

Apesar da frente democrática e da ampliação dos direitos sociais, vivenciadas sobretudo nos anos de 1980 no Brasil, após o período ditatorial, as crises cíclicas do capital, tensionam a retomada do viés conservador. É nessa análise que o pós-golpe do Governo Dilma (2016), anuncia a derrocada da “esquerda” e o despertar de vertentes conservadoras - aparentemente - “adormecidas”. Esse momento histórico é frutífero para propiciar a eleição de Jair Bolsonaro como presidente da República no ano de 2018.

Para se pensar a conjuntura do período de 2018 a 2022, no qual consideramos que há uma potencialização das tendências conservadoras na sociedade brasileira, faz-se necessário um breve resgate acerca do solo fértil que irá possibilitar a produção de perspectivas conservadoras nesse contexto. Particularmente a partir dos anos 2016, a sociedade brasileira atravessa um período de expressivas modificações no âmbito econômico, político e social. Após treze anos dos governos petistas, esse período é findado com o golpe da presidente Dilma Rousseff que se reverbera numa ofensiva reacionária e conservadora. Esta é direcionada na contramão dos interesses dos diversos segmentos da classe trabalhadora brasileira, rompendo com um possível pacto de coalizão entre as classes.

Com o governo ilegítimo de Michel Temer (2016), que se engendra na sociedade brasileira a partir de um conjunto de proposições oriundas do que se denomina “nova direita”, inaugura-se uma outra conjuntura, onde emerge a crença em teorias conspiratórias, na medida em que oculta os conflitos sociais.



Também se caracteriza pelo avanço do pensamento conservador, questionando dimensões caras à democracia e seus sujeitos políticos, contribuindo para a construção de um conjunto de políticas que sejam funcionais a lógica do capital (Yazbek; Degenszajn; Paz, 2019). Como um dos desdobramentos conjunturais, tem-se a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, para a presidência do Brasil, como sua expressão maior.

Esse cenário se recrudesce pois identifica-se que esse governo se sustenta num ultra-neoliberalismo articulado às forças políticas autocráticas, o que fortalece a defesa de interesses de determinadas frações da elite burguesa, economicamente dirigentes. As ações adotadas, afinadas com os organismos multilaterais, retrocedem em massa os direitos sociais e trabalhistas, acentuando-se a pauta de privatização e o desfinanciamento das políticas sociais. O ajuste fiscal já em curso se potencializa e se tem uma exponenciação da contrarreforma do Estado e esses processos se respaldam em ações que se tornam favorecedoras dos interesses dos capitais internacionais aliados ao do empresariado nacional, articulados com as pautas normativas das instituições multilaterais como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Assiste-se um apelo a determinados valores e princípios muito ao gosto de tendências conservadoras que esvaziam os conteúdos políticos, desistoricizando a política em sua processualidade e contradições, em troca da construção das verdades a partir da empiria e do pragmatismo, onde cada um tem a sua verdade e liberdade de expressão sem que tal questão tenha uma conexão com o coletivo. O ascenso de Bolsonaro ao poder, marca a chegada de uma extrema direita, que na realidade se vincula a uma tendência mundial, quando se analisa a totalidade de processos de governos internacionais que avançam na perspectiva da direita e da extrema direita.

No escopo político articulado ao campo das relações sociais, apresentam-se tendências ao autoritarismo, a pouca afeição às perspectivas democráticas e, portanto, à participação popular, ratificando o histórico horror que as classes dominantes brasileiras têm da participação das massas na política. Esse cenário é constituído por pensamentos antiprogressistas, que caminham na direção contrária dos princípios democráticos, portanto antidemocráticos e se configuram como uma nova onda conservadora que certamente impacta a profissão. Portanto,



nesse âmbito, vivemos tempos de ofensiva conservadora, de avanço do irracionalismo, do obscurantismo de ameaças à democracia e de redução dos direitos, tempos de regressão conservadora que se expressa no avanço da defesa das instituições tradicionais, na naturalização da desigualdade, no acirramento dos preconceitos, no racismo, no feminicídio, na homofobia e na criminalização dos movimentos sociais, entre outros aspectos (Yazbek, 2020, p.299).

No que se refere ao Serviço Social, afirmando que há na profissão um caráter histórico e político que é engendrado a partir da incidência do conjunto de relações econômicas, políticas, sociais, culturais e de sua necessidade social, o pressuposto necessário é entendê-la como um produto histórico inserido nos processos de produção e reprodução das relações sociais capitalistas (Yazbek, 2020). Ou seja, como uma profissão orgânica e historicamente vinculada ao conservadorismo e por essa particularidade identifica-se que a conjuntura descrita, propicia condições favorecedoras para a intensificação de disputas relacionadas aos projetos de profissão com tendências conservadoras, que tensionam o projeto hegemônico, o projeto ético-político de bases democráticas e progressistas.

Articulado a esse cenário, amplia-se a utilização exacerbada de recursos tecnológicos, sobretudo através das mídias sociais que “funcionam” como um dos mecanismos produzidos pela lógica do capital, de expansão de seu ideário, de suas formas de ser e pensar construídas social e historicamente. E, será através dessas mídias que diversos pensamentos e ideias se disseminam, arena esta onde os desafios para profissão também serão colocados.

## A POTENCIALIDADE DAS MÍDIAS SOCIAIS PARA A EXPANSÃO DO CONSERVADORISMO

Os pilares de sustentação de uma sociedade que agudiza as relações sociais que permeiam as desigualdades nos moldes capitalistas, em seu âmago, necessitam de mediações intermitentes. Essa conjuntura conservadora ganha fôlego no espraiamento de pensamentos e referencialidades que perdem o seu perfil clássico e aglutinam uma nova conjuntura moderna (Souza, 2015). E essa compreensão se dá nas potencialidades dos meios de comunicação que subsidiam a relação intrínseca entre a manutenção da normalidade e banalização das ‘expressões da questão social’.



Sites como o Facebook e o YouTube são plataformas<sup>4</sup> que possuem um grande alcance midiático e instantâneo para todos os perfis de usuários. E paralelamente a esse grande poder, não há um afastamento ou vigilância efetiva das milhares de publicações que possam disseminar as chamadas *fake news* (notícias falsas) ou propagação de conteúdos de extrema-direita que firam os direitos humanos, por exemplo. Esses dispositivos refletem um cotidiano que não está isento das agruras do sistema capitalista e suas constantes crises, na medida que propaga seus valores. Tampouco esses sites exercem uma leitura que se desvincilha da lógica burguesa capitalista. Essa realidade deve ser analisada na sua complexidade, nas suas contradições e não no nível do fragmentário e do efêmero, que passa a ser o mais relevante nos dias atuais. Sem necessidade de uma prévia avaliação ou um comitê de ética, por exemplo, canais de comunicação como o Facebook, YouTube e Instagram, tornaram-se meios de propagação de diversas ideais. Esses espaços possibilitam o compartilhamento de pensamentos, de forma aligeirada, que se confluem entre os participantes, ou seja, as redes sociais tornam-se espaços de debate ainda que sejam realizados de forma superficial.

A questão sobre as redes sociais (sua existência e formas de utilização), torna-se relevante na medida em que na pesquisa realizada, um número significativo de materiais sobre o Serviço Social foram localizados. Materiais esses que contêm nitidamente perspectivas conservadoras que inclusive defendem a construção de uma “nova profissão de Serviço Social”. Dessa forma, o texto publicizado por Oliveira (2017) que problematizaremos na sequência de nossa análise, está disponibilizado na página do Facebook e é chamado de “Serviço Social Libertário”<sup>5</sup>, que contém, segundo sua afirmativa, uma nova proposta para o Serviço Social. Esse conteúdo fomenta entre os autodenominados interessados, debates que em sua aparência propõem a ampliação de uma discussão na construção de uma categoria profissional que seja de fato “livre”. Todavia, é na busca da reconstituição de suas raízes e entrelaçamento nos aportes

<sup>4</sup> Apesar de uma perspectiva crítica sobre a utilização destas plataformas, não estamos em momento algum rechaçando o uso da tecnologia, ou tendo uma visão dualista, pois reconhecemos a importância dos avanços tecnológicos para toda a sociedade. Mas aqui destaca-se que exatamente, por guardar o caráter contraditório desta sociedade, as mídias sociais também podem ser utilizadas de forma equivocada, daí deriva a necessidade de uma regulamentação para suas ações.

<sup>5</sup> Após leituras sobre a concepção de profissão defendida por esse autor, concluímos que Serviço Social Libertário, as “23 teses” e Serviço Social Clínico são denominações distintas para o mesmo projeto de profissão por ele defendido.



políticos que o conservadorismo adoça sua expressividade e alcança novos eixos. Em termos de ideias inéditas, frente às novas possibilidades tecnológicas, o pensamento conservador “[...] possui a mais ampla adesão aos meios midiáticos e colabora para a propagação cada vez maior do seu ideário (Silva, 2022, p. 107)”.

Para além da produção física/textual, Oliveira (2017) utiliza de meios virtuais, como os vídeos, para disseminar sua leitura acerca da atual conjuntura do Serviço Social. Em seu canal do YouTube, Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico (SOBSSC), o autor se propõe a explicar a capilaridade dessa proposta na atual conjuntura brasileira sobre o “Serviço Social Clínico”<sup>6</sup> no Brasil: O que é e o que não é”. Portanto torna-se necessária a reflexão crítica acerca das propostas que o autor apresenta se utilizando dessas mídias sociais, onde defende que o Serviço Social brasileiro está obsoleto em sua forma de ser e de pensar.

## TENDÊNCIAS CONSERVADORAS NO SERVIÇO SOCIAL: PROBLEMATIZAÇÕES NECESSÁRIAS

As reflexões trazidas neste item foram extraídas da pesquisa realizada com o objetivo de identificar em que medida, na produção de conhecimento da profissão, há tendências conservadoras. Do conjunto de materiais que foram analisados<sup>7</sup>, se destacam as produções de Oliveira (2017; 2020) que de forma muito explícita, defende uma “refundação do Serviço Social Brasileiro”. Esta proposta para a profissão, será nosso objeto de análise e problematizações<sup>8</sup> nesse item.

<sup>6</sup> A publicação do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) da resolução Nº 569, de 25 de março de 2010 com a Ementa: Dispõe sobre a VEDAÇÃO da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social, estabelece que essa forma de intervenção profissional, não é de competência do assistente social. Esse debate, inclusive, já foi superado no interior da profissão que atualmente defende um Serviço Social crítico, propositivo, reflexivo que defende valores democráticos e progressistas.

<sup>7</sup> Os textos pesquisados, compreendendo o período de 2018 a 2022, foram selecionados das revistas da área de ampla circulação e acesso no Serviço Social: Temporalis, Ser Social, Libertas, O social em questão, Argumentum, Serviço Social e Sociedade e Katalysis, contando com 9 dissertações e 1 tese de doutorado, além de cinco *lives* disponíveis no canal do YouTube, todas com a presença do professor Edson Oliveira, além do livro “Serviço Social para corajosos: entre falácias, mitos e realidade carne e osso”. Os descriptores utilizados foram: serviço social; projeto ético-político; conservadorismo.

<sup>8</sup> Neste texto elaboramos, a partir de nossa pesquisa, uma análise crítica sobre o conjunto de materiais produzidos pelo autor, mas é importante considerar, que nossas problematizações se expressam no campo do debate respeitoso, reconhecendo a trajetória deste profissional.



Nomeada como “23 Teses pela Reforma do Serviço Social brasileiro: Pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante”<sup>9</sup> (as 23 Teses, como vem sendo chamada), Oliveira (2017)<sup>10</sup> constrói, em suas palavras, um manifesto pela retomada da profissão de assistente social sem militância, ideologias, e sem que se configure como uma profissão militante político-partidária. Nesse texto, que, de acordo com Oliveira, possui um caráter introdutório, ele argumenta que

Essa concretização [de mudar o Serviço Social] só será possível a partir do acesso a conhecimentos, serviços e estratégias objetivas e não apenas ideológicas e idealistas, para o enfrentamento das agruras de nosso tempo, de modo profissional, pautado na capacidade de uma *práxis* (agir pensado) e de uma *pragma* (ação efetuada) e isso por meio de uma abordagem praxipragmálica (investigação da ação pensada sobre a realidade para proposição inovadora e efetiva consolidando assim a intervenção na realidade), que vai além do mero discurso utópico ilusório e, portanto, um pensar com um agir profissional objetivo, claro e congruente (Oliveira, 2017, p.1).

Nesta citação se expressa a ideia do autor sobre a profissão, ou seja, pondera que é necessária uma mudança para que se torne efetiva a atuação profissional que deve ser afastada de “estratégias ideológicas e idealistas” e se tornar mais concreta. Mas, se lidamos com uma população extremamente pauperizada, no contexto dos espaços sócio-ocupacionais, na oferta de serviço sociais, o que há de ideológico nisso? O trabalho profissional se manifesta na realidade concreta, na vida dos usuários que são atendidos e por mais que as políticas públicas estejam precarizadas, ainda assim são pensadas formas de atendimento das demandas sociais dos estratos mais empobrecidos da classe trabalhadora. Na sequência Oliveira (2017) afirma:

A visão aqui apresentada é de um Serviço Social como uma profissão, que é tacitamente diferente de militância política-partidária-ideológica e de movimentos sociais, ou sindicatos, ativismo social, atividades as quais têm natureza, identidade, objetivos e sentidos distintos de uma profissão. Logo, quem é formado nessa área, é considerado um profissional que deve mesclar a capacidade científica de produzir conhecimento para intervir na realidade e trazer resultados tangíveis e satisfatórios aos seus clientes, às organizações que os contratam e à sociedade que espera um profissional comprometido com o bem-estar, justiça e dignidade humana (Oliveira, 2017, p.2).

<sup>9</sup> Em nossa pesquisa analisamos um conjunto expressivo de materiais produzidos pelo autor, mas pela natureza deste trabalho contemplaremos as linhas gerais de seu pensamento.

<sup>10</sup>Para acessar maiores informações sobre este autor: <http://lattes.cnpq.br/7211302835649885>.



Essa defesa intransigente de uma nova organização do Serviço Social, ou como Oliveira propõe “um resgate da identidade”, é em sua real essência a construção de um pensar e fazer alinhado à lógica conservadora. E a fundamentação teórica proposta pelo autor se revela parte de um processo de retomada daquela que conduziu as primeiras ações profissionais. O autor defende a utilização de uma perspectiva vinculada a uma cosmovisão teórica metodológica oriunda das Ciências da Gestão e das Ciências Humanas e Naturais, que dialoga com o pragmatismo, a teoria geral de sistemas, entre outras. Essa percepção para a profissão representa um ecletismo teórico - aspecto vinculado a tendências conservadoras - que ao invés de subsidiar as análises críticas do Serviço Social reconhecendo as contradições no trabalho profissional, termina por ocultar ao invés de contribuir para o desvendamento da essência dos fenômenos sociais. Os valores apresentados pelo autor como dignidade humana, retoma para a profissão, o aspecto de benevolência e amor ao próximo, extremamente relacionado ao Serviço Social, como vimos anteriormente, influenciado pela Doutrina Social da Igreja, portanto, um pensamento que representa um retrocesso na cena contemporânea.

Nota-se então que a demanda por uma releitura do Serviço Social proposta pelo autor não condiciona uma abordagem com intuito de “revolucionar” a profissão de forma propositiva e contributiva, mas alicerçar sua atuação em perspectivas teóricas distintas da que confere a direção social estratégica do projeto profissional crítico. O campo da psicologização do indivíduo, também se faz presente ao se demonstrar uma preocupação com o “bem-estar” dos clientes, ocasionando um teoricismo acrítico, esvaziado de uma racionalidade, o que particulariza o pensamento conservador. Na medida em que contém discussões relacionadas ao “fim da história”, a defesa de relações mercantis dentre outros elementos, não problematiza o conjunto de contradições estruturais do sistema capitalista que são o subsídio dessa sociedade. Esse movimento contribui para a construção de uma arma de conservação que se expressa em determinados conceitos presentes nas políticas públicas como: vulnerabilidade, justiça social, empoderamento, entre outros. (Boschetti, 2015, p. 647).

Oliveira (2017) defende um posicionamento de, atualmente, não haver uma “identidade profissional”, mas uma “identidade de classe”, e com essa afirmativa, apresenta alguns equívocos na sua compreensão. Esse tipo de leitura demonstra um desconhecimento acerca dos princípios básicos da



profissão, uma vez que a construção do Serviço Social se deu no seio de mudanças conjunturais da sociedade brasileira, em alinhamento com o conjunto das lutas políticas da classe trabalhadora. De acordo com Oliveira (2017, p.8) “isso ocorre pois se investe tempo e recursos em todas as causas e frentes das questões sociais do mundo, menos no campo profissional [...]. Em síntese, essa defesa não possui apenas uma intencionalidade de reforma da categoria profissional, mas um posicionamento que demonstra uma total ausência de debates teóricos que expliquem as contradições da sociedade na qual estamos inseridos. A defesa de Oliveira (2017) sob uma perspectiva de uma produção alheia aos processos políticos e também de uma leitura social que não abarque as desigualdades sociais condizentes dessa forma de sociabilidade se condensam nas outras análises do autor.

Nessa conjuntura, sua postura frente às mudanças constituintes do atual perfil do Serviço Social enrijece ao ponto de associar o Congresso da Virada como “ações grotescas e violentas”. Ademais, conduz uma narrativa que incide na leitura da atual hegemonia como imposição de uma única vertente “teórica, filosófica, ideológica, política e partidária” (Oliveira, 2017, p.9). Esta “constatação” do autor contém uma ideia equivocada, pois a hegemonia prevê dissensos e consensos, debates políticos e não simplesmente algo imposto. Essa leitura enviesada não confere com o real conceito que prescinde a hegemonia, que é exatamente o reconhecimento de disputas no interior de projetos distintos entre si, e aqui particularmente, falamos do projeto de profissão.

Outra proposta do autor é a retomada, com novas configurações, do Serviço Social Clínico, identificado como uma inovação, pois se apresenta diferenciado daqueles pressupostos das décadas de 1940/1950, período em que a profissão adotava esse “modelo de intervenção”. A construção de seu argumento, está pautada na defesa de que o Serviço Social Clínico é uma tendência mundial, da qual, na sua ponderação, o Serviço Social brasileiro não pode estar alheio a esse momento. Entretanto, há um marco temporal que incide na derrocada dessa argumentação, porque de acordo com Netto (2005), a deflagração entre Serviço Social e o conservadorismo no contexto latino-americano, se dá, necessariamente, no reconhecimento do Movimento de Reconcepção no ano de 1965, processo esse que se dispôs a questionar o Serviço Social Tradicional, incluindo aí o Serviço Social Clínico.



Ainda na análise de Netto (2005), este processo em sua historicidade não pode ser entendido como hegemônico, uma vez que frentes conservadoras e reacionárias tendem a questionar a sua concretude, ao ponto de tentar extinguir o seu marco histórico. Enquanto isso, Oliveira (2020) constrói uma proposta “disruptiva” e alinhada ao cenário internacional, acena para a retomada conservadora acrítica na profissão, entendendo que sua perspectiva é a melhor para dar conta das questões contemporâneas que atravessam a profissão, pois o Serviço Social Clínico, atende a perspectiva do ser humano nas suas questões exclusivamente subjetivas, que na opinião do autor, devem ser trabalhadas pela profissão.

No avançar de suas colocações, aponta que, no debate atual do Serviço Social brasileiro há um movimento que tenta apagar as contribuições de Mary Richmond (1917) e seu protagonismo histórico no Serviço Social. O que precisa ser ponderado são as bases de sustentação do tipo de intervenção proposta pela autora, como em seu livro “Diagnóstico Social” (1917)<sup>11</sup>, que já não contempla mais as formas de intervenção profissional subsidiadas numa perspectiva crítica. Para Oliveira (2020), é inconcebível a postura democrática apoiada na diversidade, e critica o Serviço Social por possuir um projeto ético-político que almeja instaurar o socialismo, comunismo, além de apoiar as minorias. Essa concepção reforça seu equívoco de leitura na compreensão da profissão, que ocorre de forma abstrata, sem considerar a dinâmica da realidade em sua processualidade histórica. E o fato que se refere ao projeto profissional estar comprometido com a construção de outra ordem societária, não significa, sem as mediações necessárias, que é um projeto comunista, até porque este se refere a uma profissão e não a uma sociedade, ainda que este projeto contenha uma visão de homem, mundo e por consequência, de sociedade.

Na concepção de sociedade, o autor se refere a construção de uma sociedade mais justa e digna com soluções (como se fosse viável, no sistema capitalista, solucionar as desigualdades sociais) para seus *clientes* através de *serviços dignos* (grifos nossos), ao invés de primar por uma sociedade emancipatória, sem exploração e opressão de classes. A partir disso exerce a crítica às formas de pensar e analisar oriundas do pensamento vinculado ao campo de tradição marxista, reivindicando para si, a *empiria* e o

<sup>11</sup> Traduzido para a língua portuguesa em 1950.



pragmatismo como forma de compreensão verdadeira da realidade, subsidiado pela teoria sistêmica. Este fato se desdobra num pensamento abstrato e reducionista de que a teoria social hegemônica no Serviço Social brasileiro, não dá conta do trabalho profissional, ratificando o equívoco de que a teoria em nada se relaciona com a prática. Ora, se entendemos a teoria como apreensão do movimento real do objeto, entende-se que ela é aproximativa em relação à dinamicidade deste mesmo objeto que é extraído da realidade social, constituída pela dinâmica histórica. Por outro lado, também é importante resgatar que a teoria social de Marx não foi elaborada para pensar uma profissão, e sim a essência da sociedade capitalista no bojo de suas contradições. Portanto, não é procedente a afirmativa de Oliveira (2017) de que o campo da tradição marxista não oferece subsídios teóricos para analisar o significado social da profissão, as relações contraditórias da sociabilidade burguesa, e como esses e outros elementos se configuram como o “chão” em que a profissão surge por uma necessidade social, num determinado período histórico. Nesse sentido, não há como retornar as elaborações de Mary Richmond, para a atualidade, uma vez que seus referenciais teóricos, e esses sim, não dão conta de explicar a realidade contemporânea nas suas mazelas sociais, que se expressam de formas mais deletérias nos países de capitalismo dependente periférico. Portanto as ‘expressões da questão social’, como produto histórico do capitalismo no bojo da luta de classes, se potencializam com o desenvolvimento das forças produtivas e se constituem sim como o âmbito de atuação do Assistente Social. Diferentemente da concepção de Oliveira (2017) que nega a “questão social” como objeto de trabalho da profissão e coloca que a centralidade do nosso trabalho profissional é no “ser humano em condição de vulnerabilidade social”.

## O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NA DISPUTA COM AS TENDÊNCIAS CONSERVADORAS

O debate acerca do projeto ético político do Serviço Social brasileiro, envolve a compreensão acerca do movimento da realidade social em suas contradições, a conjuntura social e política no qual ele é produzido. Portanto é fundamental identificar que esse projeto é produto de uma construção sócio-histórica da vanguarda profissional, de sujeitos coletivos que a partir da formação de uma massa crítica, propõem o rompimento com tendências conservadoras na profissão. Esse projeto se afina com um projeto



societário distinto do que está em curso, primando pela defesa da emancipação humana. Nesse sentido, esse projeto confere ao Serviço Social brasileiro uma perspectiva crítica de análise das contradições sociais, seu entendimento como uma profissão assalariada e, portanto, desconstruindo as posturas messiânicas que fizeram parte do discurso profissional, além de ser uma profissão que subsidia seu trabalho na lógica de defesa dos direitos sociais. Esse projeto contém a autoimagem da profissão, valores e princípios que defende, seu saber teórico e prático, além de regulações éticas normativas (Netto, 2024), considerando que “os projetos profissionais também [são] estruturas dinâmicas, respondendo às alterações no sistema de necessidades sociais sobre o qual a profissão opera [...]” (Netto, 2024, p.4).

As modificações pelas quais o Serviço Social, como uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, como uma especialização do trabalho coletivo e que atua nas expressões da “questão social” através do conjunto das políticas sociais promovidas pelo Estado, no seu desenvolvimento sócio-histórico vem atravessando, são passíveis de análises, sem perder de vista que na contemporaneidade a análise de seus fundamentos se originam na matriz histórico-ontológica (Yazbek, 2020) e estão relacionadas a aproximação com a tradição marxista que subsidiará as reflexões e problematizações da profissão.

Este projeto, consolidado entre as décadas de 1980 e 1990, vem sendo constantemente tensionado se compreendemos que a profissão não é homogênea e, portanto, um campo de disputa de projetos de profissões. O que parece haver nesta quadra histórica é uma retomada do conservadorismo, sob “novas” expressões e daí derivam as influências conservadoras na profissão. Nesse sentido, identifica-se que ela vem sendo colocada a prova naquilo que lhe é mais caro: suas bases democráticas e progressistas que defendem, dentre outras questões, a necessidade de construção de direitos [...] e outras mediações políticas e ideológicas expressas sobretudo por ações de resistência e de alianças estratégicas no jogo da política em suas múltiplas dimensões, por dentro dos espaços institucionais [...]” (Yazbek, 2020, p. 305).

A relevância desse projeto, é que ele permite o exercício de uma concepção crítica de sociedade, entendendo suas contradições, suas desigualdades, suas diversas formas de exploração e opressão que se refinam com o desenvolvimento sócio-histórico do capitalismo. Este projeto profissional contribui para



a compreensão do homem como sujeito histórico com a potencialidade de entender a classe trabalhadora como sujeito histórico da revolução e da transformação social. Por outro lado, nos permite reconhecer as correlações de força institucionais, as diferenças entre as demandas dos usuários e as da instituição, as possibilidades de criar alternativas de intervenção que estejam direcionadas para o atendimento das demandas dos usuários, a partir de nossa mediação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante tais ponderações, concluímos este breve artigo, na defesa da manutenção do projeto ético político, por considerar sua construção sócio-histórica e que seus conteúdos guardam uma relação maior, a partir da construção de determinadas mediações, com a teoria do campo da tradição marxista, extremamente válida para a leitura da contemporaneidade. Este é o referencial teórico que nos possibilita retirar a venda dos olhos e analisar criticamente esta sociedade na sua estrutura, na qual estamos imersos. É isto que esse referencial teórico nos possibilita, ser radical, ou seja, ir à raiz das expressões da questão social e compreendê-las na sua totalidade, entendendo que neste padrão de sociabilidade, elas não serão extermínadas, mas sim amenizadas. Daí a necessidade de assumirmos, como profissionais, uma leitura crítica da realidade social, investigando a essência dos fenômenos sociais, que diz respeito à dimensão investigativa da profissão. Aliás, as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, não podem ser compreendidas de forma apartada, mas sim de forma articulada, pois ainda que cada uma delas contenha uma particularidade, na relação entre elas, formam a totalidade da profissão e compõem o trabalho profissional. Portanto, este projeto confere materialidade a essa intervenção considerando que para que se execute uma ação (fazer profissional) é necessário que se tenha um referencial teórico que sustente esta mesma intervenção que guarda aspectos éticos, como princípios de escolha e daí deriva sua potencialidade política no sentido do exercício do poder, bem como sua questão normativa e regulamentar. Assim o exercício da profissão se fundamenta numa base com solidez teórica que nos qualifica para uma análise crítica e propositiva, pois a partir da análise do real, é viável que se construam estratégias de intervenção nesse mesmo real, no sentido de modificá-lo. Essa é uma



particularidade fundamental que possui o projeto ético-político, portanto se reconhece a sua contemporaneidade.

Este mesmo projeto, nos direciona para a construção de outra ordem societária, não ignorando que estamos em outra lógica: a da sociabilidade burguesa. Este projeto nos faz continuar a luta mais do que necessária (coletivamente articulados a outras categorias profissionais que compartilhem dessa perspectiva) contra as desigualdades sociais, a miséria e pobreza existentes em nosso país. Certamente há o entendimento de que como assistentes sociais, integramos a classe trabalhadora, não cabendo a nós a transformação social, mas compreendendo que o sujeito histórico da revolução é a classe trabalhadora. Logo, é para ela que prestamos nossos serviços com a qualidade que defendemos em nossas reflexões, ainda que tenhamos consciência, de que nessa sociedade, a miséria concreta e material assim como a razão miserável, não se extinguirão.

## REFERÊNCIAS

- BOSCHETTI, I. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 124, 637-651, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.043>. Acesso em: 10 de abr. de 2024.
- ESCORSIM NETTO, L. **O conservadorismo clássico:** elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.
- NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Editora Cortez, (3<sup>a</sup> edição), 1991.
- \_\_\_\_\_. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea.** Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/a-constru...> Acesso em: 18 de abr. de 2024.
- \_\_\_\_\_. **O Movimento de Reconceituação:** 40 anos depois. Revista Serviço Social e Sociedade. nº 84. São Paulo: Cortez, 2005.
- OLIVEIRA, E. M. **23 teses pela reforma do Serviço Social brasileiro:** pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante. Paraná, 2017. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/499458877/23-Teses-Final-v6>>. Acesso em: 24 de abr. de 2024.
- \_\_\_\_\_. **Serviço Social para corajosos:** entre falácia, mitos, e realidade carne e osso. Maringá: Editora Viseu, 2020.



SILVA, S. B. L. da. **Conservadorismo, pertencimento religioso e profissão:** o caso do Serviço Social. Tese Doutorado em Ciências da Religião, Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião. Universidade Católica de Pernambuco. Recife, Brasil, 2022.

SOUZA, J. M. A. de. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n.122, 199-223, Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.020>, 2015. Acesso em: 03 de abr. de 2024.

YAZBEK, M. C., DEGENSZAJN, R. R. & PAZ, R. D. O. da. Desafios para o Serviço Social em tempo de avanços do conservadorismo. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 134, 7-12, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.162>. Acesso em: 11 de abr. de 2024.

YAZBEK, M. C. Os fundamentos do serviço social e o enfrentamento ao conservadorismo. **Revista Libertas**, v. 20, n.2, p. 293-306, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/1980-8518.2020.v20.3>. Acesso em 14 de abr. de 2024.